

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

ETAPA Nº 01

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

JULHO DE 2003

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
2. Confira se o seu caderno está completo.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova.
6. **CADA QUESTÃO SÓ ADMITE UMA RESPOSTA.**
7. **A FOLHA DE RESPOSTAS NÃO PODERÁ SER RASURADA.**

INSTRUÇÕES REFERENTES À PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA (ITEM 4.1.1.) DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, DATADO DE 27/03/03.

- 1- A duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas.
- 2- Usar apenas caneta de tinta azul ou preta.
- 3- O candidato deverá marcar a resposta exclusivamente com um "X".
- 4- O candidato somente poderá se identificar no impresso próprio, conforme indicado na parte inferior da folha de respostas.
- 5- Qualquer identificação, ou sinal que identifique o candidato na parte superior da folha de respostas implicará na inutilização da prova.
- 6- Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.
- 7- Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
- 8- **O porte ou uso de Telefone Celular durante a realização das provas é TERMINANTEMENTE vedado, INCLUSIVE A SUA PERMANÊNCIA SOBRE A MESA DO CANDIDATO, devendo o aparelho ser desligado no início das provas.**

1ª ETAPA DE 50 QUESTÕES

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

1ª) Quanto à imunidade de jurisdição, assinale a proposição falsa:

- a) Ela consiste na prerrogativa conferida ao agente diplomático de não comparecer em qualquer juízo do país onde exerça a função diplomática para prestar testemunho acerca de fatos que sejam do seu conhecimento.
- b) Ela consiste em facultar ao agente diplomático, na qualidade de autor, a jurisdição do país em que esteja exercendo a função diplomática.
- c) Ela consiste na possibilidade de o agente diplomático, que exerce outra profissão simultaneamente com a função diplomática, ser acionado nos Tribunais do país onde esteja exercendo a função diplomática, quanto aos compromissos assumidos pelo exercício da outra função que tenha desempenhado.
- d) Ela não impede que o agente diplomático seja acionado para responder às ações reais sobre imóveis por ele adquiridos no território em que esteja exercendo a função diplomática.
- e) A Constituição Federal do Brasil de 1988 restringiu a imunidade de jurisdição somente aos Estados estrangeiros que mantêm relações diplomáticas com o Brasil e ela não se estende às organizações internacionais, como a OIT e ONU.

2ª) Quanto aos tratados internacionais, seguem quatro proposições. Assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas tais proposições.

I- Ratificação é da essência do tratado, não podendo ser dispensada por vontade das partes.
II- A denúncia é causa de extinção, quando admitida expressa ou tacitamente pelo próprio tratado;
III- A licitude do objeto não é elemento para sua validade, sendo necessário apenas que os agentes que representam os Estados convenientes tenham capacidade e estejam habilitados a celebrá-los;
IV- Os representantes de um Estado, para adoção ou autenticação do texto de um tratado, ou para expressar o consentimento do Estado, deverão demonstrar a sua capacidade, através de apresentação dos plenos poderes, que somente poderá ser dispensada em se tratando do Chefe de Estado ou do Chanceler.

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Apenas a proposição II é verdadeira.
- e) Apenas a proposição III é falsa.

DIREITO COMERCIAL

3º) Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a proposição verdadeira:

- a) As cláusulas contratuais só obrigam o consumidor se delas tiver conhecimento prévio.
- b) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor apenas quando os contratos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- c) Quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, a previsão de desconsideração da personalidade jurídica só é aplicável a requerimento das partes ou do Ministério Público.
- d) Constitui direito básico do consumidor a inversão, a seu favor, do ônus da prova no processo penal e civil.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

4º) Quanto ao direito societário, assinale a proposição verdadeira:

- a) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
- b) A “*sociedade simples*” é um dos tipos societários pelos quais a “*sociedade empresária*” pode constituir-se.
- c) Somente pessoas físicas podem tomar parte na “*sociedade em nome coletivo*”, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- d) Na “*sociedade em comum*”, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e todos podem, inclusive o sócio que contratou pela sociedade, invocar a seu favor o benefício de ordem, ou seja, o direito de seus bens particulares serem executados por dívida da sociedade somente depois de executados os bens sociais.
- e) Na “*sociedade em comandita simples*”, tanto os sócios comanditados quanto os comanditários podem ser pessoa jurídica.

5º) Quanto ao direito societário, assinale a proposição falsa:

- a) Pode-se afirmar que o ordenamento jurídico brasileiro, no que toca ao direito societário, abandonou o sistema francês fundado na “*teoria dos atos de comércio*” e adotou o sistema italiano fundado na “*teoria da empresa*”.
- b) Pode-se afirmar que foi mantida a previsão de “*sociedade de capital e indústria*” como tipo societário.
- c) Pode-se afirmar que o regime jurídico aplicável às “*sociedades limitadas*” é o do Código Civil. Sendo omissa esta, se lhes aplicam as normas atinentes às “*sociedades simples*” e, havendo no contrato social cláusula estabelecendo a regência supletiva pelas normas próprias das “*sociedades anônimas*”, aplicável é a Lei das Sociedades Anônimas.
- d) Pode-se afirmar que as “*sociedades empresárias*” são sempre personificadas, enquanto a “*sociedade comum*” e “*em conta de participação*” são sociedades não personificadas.
- e) O empresário que explore a atividade rural pode estar afastado da regência do Direito Comercial, já que lhe cabe optar por um dos tipos de “*sociedade empresária*” e requerer a sua inscrição no Registro Público respectivo.

6ª) Quanto ao regime falimentar, assinale a proposição verdadeira:

- a) O pagamento da dívida, depois de requerida a falência, não tem força elisiva.
- b) O falecimento do devedor comerciante impede a decretação da falência.
- c) Em nenhuma hipótese o falido pode dar continuidade ao seu negócio, após a decretação da falência.
- d) É competente para declarar a falência o juízo em cuja jurisdição o devedor tenha o seu estabelecimento principal.
- e) É competente para declarar a falência qualquer juízo, desde que na respectiva jurisdição esteja sediado um credor pessoa jurídica ou domiciliado um credor pessoa física.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7ª) Quanto à responsabilidade da Administração Pública e do servidor público, seguem quatro proposições. Assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- Para a Administração Pública a responsabilidade é subjetiva, mas a responsabilidade do servidor público é objetiva e se apura pelos critérios gerais do Código Civil.

II- A responsabilidade civil do servidor público decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte prejuízo ao erário ou a terceiro.

III- A Administração Pública, após o ajuizamento da ação de indenização que lhe seja proposta por terceiro prejudicado, poderá ingressar, antes da sua condenação, com a ação de regresso contra o agente causador daquele prejuízo.

IV- A ação regressiva, por ser personalíssima, não transmite aos herdeiros e sucessores do servidor culpado.

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Todas as proposições são falsas.
- c) Apenas a proposição II é verdadeira.
- d) Apenas as proposições I e III são falsas.
- e) Apenas a proposição I é falsa.

8ª) Quanto ao Ato Administrativo e quanto ao Poder de Polícia, seguem cinco proposições. Assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- Discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade são atributos ou características do Poder de Polícia;

II- Executoriedade, presunção de legitimidade e discricionariedade são atributos ou características do Poder de Polícia;

III- Auto-executoriedade, imperatividade e presunção de legitimidade são características dos Atos Administrativos apontadas pela doutrina;

IV- Tempestividade, auto-executoriedade e coercibilidade são características dos Atos Administrativos apontadas pela doutrina;

V- Auto-executoriedade, legitimidade e irrevogabilidade são características dos Atos Administrativos apontadas pela doutrina;

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Todas as proposições são falsas.
- c) Apenas a proposição II é verdadeira.
- d) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- e) Apenas a proposição V é falsa.

9ª) Quanto ao regime jurídicos dos bens públicos, é correto afirmar:

- a) que são suscetíveis de usucapião, inalienáveis em qualquer hipótese e impenhoráveis;
- b) que são penhoráveis nas execuções dos créditos de natureza alimentícia, alienáveis nos termos da lei e imprescritíveis;
- c) que são imprescritíveis e impenhoráveis e não podem ser alienados, em nenhuma hipótese;
- d) que são impenhoráveis, alienáveis nos termos da lei e suscetíveis de usucapião;
- e) que são alienáveis nos termos da lei, impenhoráveis e imprescritíveis.

10ª) Segundo o art. 54, da Lei 9.784, de 29/01/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em ____ anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”.

Assinale a resposta que preencha corretamente a lacuna deixada na proposição:

- a) dois;
- b) três;
- c) quatro;
- d) cinco;
- e) dez.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11º) Quanto à Medida Provisória prevista no artigo 62, da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) que é permitida a edição de Medida Provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral;
- b) que é permitida a edição de Medida Provisória sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;
- c) que é expressamente vedada a edição de Medida Provisória sobre matéria relativa a direito do trabalho;
- d) que é permitida a edição de Medida Provisória sobre matéria relativa a direito processual penal e processual civil;
- e) que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de Medida Provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

12º) Quanto ao controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a proposição falsa:

- a) Pode ser exercido de forma difusa por qualquer juiz ou Tribunal.
- b) Pode ser exercido de forma difusa apenas pelos Tribunais.
- c) Consideram-se atos normativos, passíveis de impugnação por Ação Direta de Inconstitucionalidade, as resoluções administrativas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade, a medida cautelar, dotada de eficácia “*erga omnes*”, será concedida com efeito “*ex nunc*”, salvo se o Tribunal entender que deva atribuí-lhe eficácia “*ex tunc*”.
- e) As convenções coletivas de trabalho não são consideradas atos normativos sujeitas à impugnação através de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

13º) Acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental prevista no §1º, do art. 102, da Constituição Federal, marque a proposição falsa:

- a) Não será admitida a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- b) Podem propor a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental os mesmos legitimados para a Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) Compete exclusivamente Supremo Tribunal Federal instruir e julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- d) A decisão que julgar procedente ou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não é recorrível e nem pode ser atacada por ação rescisória.
- e) Não será admitida a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição Federal.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

14º) Tendo em vista os Enunciados da Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal Superior do Trabalho e as Orientações Jurisprudenciais firmadas por sua Seção Especializada em Dissídios Individuais, examine as seguintes proposições e assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- A simples propositura da ação já interrompe a prescrição, mas não a interrompe se a ação for arquivada.

II- O biênio prescricional começa a fluir após o transcurso do prazo do aviso prévio trabalhado e, em se tratando de aviso prévio indenizado, após a sua "*ficta projeção*".

III- O Tribunal Superior do Trabalho deve conhecer da prescrição arguida, por primeira vez, em sede de recurso de revista.

IV- A prescrição quinquenal prevista na Emenda Constitucional nº 28/2000 para os empregados rurais é inaplicável aos processos que já estavam em curso à data em que entrou em vigor.

V- Uma vez extinto o contrato de trabalho, é trintenária a prescrição para reclamar em juízo o não recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- d) Apenas a proposição III é verdadeira.
- e) Todas as proposições são falsas.

15º) Tendo em vista os Enunciados da Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal Superior do Trabalho e as Orientações Jurisprudenciais firmadas por sua Seção Especializada em Dissídios Individuais, assinale a proposição falsa.

a) Para que o adicional de insalubridade seja devido, há a necessidade de classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, não bastando a constatação por laudo pericial.

b) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, se constatadas por laudo pericial, porque se encontram dentre as classificadas como lixo urbano, na Portaria do Ministério do Trabalho.

c) Não cabe fazer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo que seja profissional devidamente qualificado.

d) Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, motivo por que é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

e) O empregado exposto, permanente ou intermitentemente, ao risco por inflamáveis e/ou explosivos tem direito ao adicional de periculosidade integral, salvo se em acordo coletivo ou em convenção coletiva de trabalho haja a fixação do adicional de periculosidade proporcional ao tempo de exposição ao risco.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

16ª) Tendo em vista os Enunciados da Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal Superior do Trabalho e as Orientações Jurisprudenciais firmadas por sua Seção Especializada em Dissídios Individuais, examine as seguintes proposições e assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- Exceto quanto à reclamação de empregado rural, o preposto ou representante do reclamado em audiência deve ser necessariamente seu empregado.

II- Comparecendo à audiência em que o reclamado deveria apresentar defesa apenas o seu advogado, não evita sua revelia, exceto se seu advogado estiver munido de procuração.

III- Comparecendo à audiência em que o reclamado deveria apresentar defesa apenas o seu empregado advogado, não evita sua revelia, exceto se seu advogado estiver munido de procuração.

IV- Aplica-se a pena de confissão à parte que, mesmo não tendo sido expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.

V- A ausência do reclamante à audiência dita “*de instrução*” e, portanto, quando já apresentada contestação na audiência dita “*inaugural*”, implica o arquivamento do processo.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a proposição V é falsa.
- d) Apenas as proposições IV e V são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

17ª) Em ação que lhe é movida perante uma das Varas do Trabalho de Belo Horizonte, o executado nomeia à penhora, embora seja ourives proprietário de pedras e metais preciosos, bem imóvel localizado em área sob a jurisdição doutra Vara do Trabalho em Município a 150 quilômetros de distância.

Assinale a proposição verdadeira.

- a) A nomeação é válida, porque foi respeitada a ordem legal de nomeação.
- b) A nomeação é inválida, porque foi descumprida a ordem legal de nomeação e o Juiz deve rejeitá-la “*in limine*”.
- c) A nomeação pode ser aceita pelo juiz, desde que o credor, primeiramente, por ela manifeste seu interesse.
- d) A nomeação é válida, porque o devedor pode adotar a solução executiva que lhe seja menos gravosa.
- e) A nomeação é válida e o juiz deve aceitá-la prontamente sem ouvir o credor, porque, sendo bem imóvel, proporciona ao credor garantia de maior solidez.

18ª) Quanto ao processo de execução trabalhista, assinale a proposição verdadeira:

- a) Processando-se a execução pelo modo menos gravoso para o devedor, cabe-lhe expressar, ao nomear bens à penhora, a modo que lhe pareça menos gravoso;
- b) A execução pelo modo menos gravoso para o devedor é preceito que vincula a conduta do credor.
- c) Quem é parte no processo não tem legitimidade para ajuizar embargos de terceiro.
- d) Os embargos de terceiro são ação possessória e só podem ser ajuizados pelo terceiro.
- e) Segundo a jurisprudência majoritária, cabe recurso ordinário contra a sentença que julga improcedentes embargos de terceiro.

19ª) Quanto à sentença homologatória de acordo, assinale a proposição falsa:

- a) A sentença homologatória de acordo é irrecorrível pelas partes, mesmo que o empregado reclamante seja absolutamente incapaz.
- b) A sentença homologatória de acordo pode ser atacado pelas partes por meio de ação rescisória.
- c) A sentença homologatória de acordo é irrecorrível pelas partes, não ensejando a remessa “*ex officio*” nem quando traz prejuízo à Administração Pública.
- d) A sentença homologatória de acordo é recorrível pelo INSS quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- e) A sentença homologatória de acordo não pode atribuir ao empregado reclamante responsabilidade pelo recolhimento de contribuição previdenciária.

20ª) Quanto à competência do Juiz Presidente de Vara do Trabalho, no exercício do primeiro juízo de admissibilidade dos recursos interpostos contra sentenças que proferir, assinale a proposição verdadeira:

- a) Não pode, em nenhuma hipótese, negar seguimento ao agravo de instrumento que objetiva destrancar recurso ordinário cujo seguimento haja negado.
- b) Pode negar seguimento ao recurso ordinário, por considerá-lo inexistente, se as razões recursais estiverem sem assinatura do advogado, ainda que esteja assinada a petição que apresenta o recurso.
- c) Pode negar seguimento, por irregularidade de representação processual, ao recurso ordinário interposto por Estado da Federação, quando o subscreve Procurador do Estado que não exibiu nos autos o instrumento de mandato.
- d) Pode negar seguimento a agravo de petição subscrito por advogado não inscrito na Seção da OAB em cuja base territorial se encontra a Vara do Trabalho onde o respectivo processo trabalhista tramita, ainda que exiba regular instrumento de mandato.
- e) todas as afirmativas anteriores são incorretas.

21ª) Quanto ao processo de execução trabalhista, assinale a proposição verdadeira:

- a) Os embargos à execução são requisito para interposição de agravo de petição.
- b) Na execução por carta, os embargos à execução podem ser protocolizados perante o juízo deprecado, mas a competência para instruí-los e julgá-los é do juízo deprecante, quando versarem sobre erros nos cálculos de liquidação.
- c) Somente são exequíveis títulos executivos judiciais.
- d) O prazo para oferecimento de embargos de terceiro é de cinco dias contados da data em que o terceiro tomou ciência do ato de apreensão judicial que lhe gerar turbação ou esbulho na posse de seus bens.
- e) O Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho não é exequível perante a Justiça do Trabalho.

22ª) Quanto ao processo de execução trabalhista, examine as seguintes proposições e assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- Recebido o Mandado de Citação ao cumprimento de obrigação de anotar na CTPS o contrato de trabalho reconhecido pela sentença exequenda, o executado que quiser se opor à execução terá, necessária e primeiramente, que garanti-la com depósito em dinheiro ou indicando bens à penhora.

II- A execução provisória se estende até a penhora.

III- Consoante Orientação Jurisprudencial firmada pela Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, a carta de fiança bancária equivale a dinheiro para efeito de gradação de bens penhoráveis, nos termos do art. 655 do CPC.

IV- Consoante Orientação Jurisprudencial firmada pela Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, fere direito líquido e certo do executado a determinação, em se tratando de execução provisória, de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

V- A interposição de agravo de petição sempre torna a execução provisória.

- a) Apenas proposição II é verdadeira.
- b) Apenas a proposição I é falsa.
- c) Apenas as proposições I e V são falsas.
- d) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras.
- e) Apenas a proposição V é verdadeira.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

23ª) São beneficiários do auxílio-acidente, concedido pelo INSS, os seguintes segurados, EXCETO:

- a) Como empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.
- b) Como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos.
- c) Como trabalhador avulso, quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.
- d) Como empregado, o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
- e) Como segurado especial, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerça suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros.

DIREITO PENAL

24ª) João acordou sem vontade de ir trabalhar. Para não sofrer o desconto no salário pela falta injustificada, procurou um consultório médico. Lá, após o exame, o médico que o atendeu não constatou qualquer doença que justificasse a ausência de João ao trabalho. No entanto, em troca do valor pago pela consulta, o médico emitiu atestado, no qual ficou declarado que o paciente necessitava permanecer afastado do trabalho por um dia por motivo de doença. No dia seguinte, João apresentou o referido atestado médico ao seu empregador, que abonou-lhe a falta ao trabalho. No caso acima, o médico e João cometeram, respectivamente, quais crimes:

- a) Falsidade material de atestado ou certidão e falsidade ideológica.
- b) Falsidade ideológica e falsificação de documento particular.
- c) Falsificação de documento público e supressão de documento.
- d) Falsidade de atestado médico e uso de documento falso.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

25ª) São exemplos de aplicação de conceitos penais ao Direito do Trabalho as seguintes situações, EXCETO:

- a) A dispensa pelo empregador por justa causa de gerente condenado em processo criminal por assédio sexual praticado contra empregado subalterno.
- b) A inexistência de justa causa para rescisão do contrato de trabalho constituída por ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, no caso de o empregado ter praticado o fato em legítima defesa própria ou de outrem.
- c) O desconto nos salários pelo empregador em caso de dano doloso causado pelo empregado, ainda que esta possibilidade não tenha sido acordada entre as partes no contrato individual de trabalho.
- d) As rescisões simultâneas dos contratos de trabalho de dois empregados que uniram esforços para a prática de atos de improbidade contra o patrimônio do empregador.
- e) Pagamento em dobro pelo empregador da remuneração das férias concedidas após o prazo de 12 meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito às férias anuais.

26ª) Analise as proposições abaixo (de I a V) e assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras.
- e) Apenas as proposições III e V estiverem verdadeiras.

I) os crimes contra a honra, capitulados no Código Penal, tais como calúnia, injúria e difamação, são sempre dolosos.

II) os crimes de apropriação indébita e sonegação de contribuições previdenciárias são dois exemplos de crimes contra a organização do trabalho previstos no Código Penal.

III) para os efeitos de anotação, substituição ou anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social, considerar-se-á crime de falsidade, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal, anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo ou fora dele, data de admissão em emprego diversa da verdadeira.

IV) os crimes de falso testemunho e falsa perícia são dois exemplos de crimes contra a fé pública.

V) reduzir alguém a condição análoga à de escravo não é um exemplo de crime contra a liberdade pessoal.

DIREITO COMERCIAL

27ª) Sobre a liquidação extrajudicial de sociedades e instituições financeiras, não se pode afirmar que :

- a) os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos a correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento.
- b) a liquidação extrajudicial cessará se decretada a falência da entidade.
- c) a decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, o vencimento antecipado das obrigações da liquidanda.
- d) aplicam-se à liquidação extrajudicial no que couberem e não colidirem com os preceitos da Lei 6.024/74, as disposições da Lei de Falências, equiparando-se ao síndico, o liquidante, e ao juiz da falência, o Banco Central do Brasil.
- e) as sociedades cooperativas de crédito não estão sujeitas à intervenção ou à liquidação extrajudicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28ª) Assinale a afirmativa falsa.

- a) O direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- b) Ao servidor público civil é assegurado o direito à livre associação sindical.
- c) Ao servidor público civil da União é assegurado o direito de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual.
- d) Ao servidor público civil da União, eleito dirigente sindical, é assegurado o direito de inamovibilidade, até um ano após o final do mandato, exceto a pedido.
- e) Os sindicatos de servidores públicos civis da União podem estabelecer condições de trabalho através de negociação coletiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29ª) Assinale a afirmativa falsa:

- a) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- b) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal.
- c) Compete ao Ministro de Estado expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos.
- d) São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- e) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

30ª) São direitos e garantias fundamentais de natureza processual previstos na Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- a) O devido processo legal.
- b) O contraditório e a ampla defesa.
- c) A publicidade dos atos processuais, restrita apenas quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- d) A impossibilidade de aplicação, em qualquer caso, de pena de morte.
- e) A inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos.

31ª) São Princípios Gerais da Atividade Econômica previstos na Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- a) a função social da propriedade.
- b) a livre concorrência.
- c) a busca do pleno emprego.
- d) o tratamento igualitário para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- e) a soberania nacional.

DIREITO CIVIL

32") Sobre o inadimplemento das obrigações, não se pode afirmar que :

- a) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- b) As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários advocatícios.
- c) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça.
- d) Contam-se os juros de mora desde a época ajustada para o pagamento.
- e) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

33") Sobre a Cláusula Penal, considerando o disposto no novo Código Civil (Lei nº 10.406/02), é certo afirmar que:

- a) o valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- b) para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- c) quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- d) quando se estipular a cláusula penal para o caso de inadimplemento da obrigação, esta converte-se-á em alternativa a benefício do devedor.
- e) quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o direito de exigir apenas a satisfação da pena cominada.

34") Considerando o disposto no novo Código Civil (Lei nº 10.406/02), não se pode afirmar que :

- a) haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.
- b) são também responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- c) a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) o direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- e) o dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

35ª) Assinale a afirmativa falsa.

- a) são pressupostos, para a aplicação da Teoria da imprevisão, a onerosidade excessiva da prestação para uma das partes e a imprevisibilidade da alteração das circunstâncias iniciais do contrato.
- b) a Teoria da imprevisão pode também ser aplicada aos contratos de execução imediata.
- c) a aplicação da cláusula *rebus sic standibus* não é justificativa para o devedor pedir a resolução do contrato em caso de onerosidade excessiva em virtude de acontecimento imprevisível.
- d) se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, não poderá ela pleitear que sua prestação seja reduzida a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- e) a sentença que decretar a resolução do contrato em caso de onerosidade excessiva produz efeitos também em relação às prestações já adimplidas pelo devedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36ª) São bens impenhoráveis, EXCETO :

- a) o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, em processo de execução trabalhista movido em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência.
- b) os livros, as máquinas, os utensílios e os instrumentos, necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
- c) o seguro de vida.
- d) os equipamentos dos militares.
- e) os bens públicos de uso comum e os de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

37ª) De acordo com o Código de Processo Civil, é certo afirmar que :

- a) o recurso somente pode ser interposto pela parte vencida.
- b) o recurso adesivo será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal.
- c) a renúncia do direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- e) dos despachos de mero expediente também cabe recurso especial.

38ª) Assinale a afirmativa falsa.

- a) Pelo Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor.
- b) A exceção de incompetência é processual e dilatória.
- c) A defesa direta é aquela que opõe fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito alegado pelo autor.
- d) A objeção é a defesa que pode ser conhecida de ofício pelo juiz.
- e) Pelo Código de Processo Civil, as exceções de incompetência, impedimento e suspeição suspendem o curso do processo.

39ª) De acordo com o Código de Processo Civil, qual a parte da sentença fica coberta pela autoridade da coisa julgada ?

- a) Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- b) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- c) O relatório.
- d) O dispositivo da sentença.
- e) Todas as alternativas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

40ª) O sócio da empresa executada ofereceu embargos de terceiro em execução por carta enviada para o Juiz da 2ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro- RJ (TRT/1ª Região). Encerrada a instrução dos embargos, o juízo deprecado declarou-se incompetente para julgá-los e determinou a remessa dos autos dos embargos de terceiro ao juízo deprecante, no caso, o Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte-MG (TRT/3ª Região). Este juízo também se declarou incompetente para julgar os embargos de terceiro e resolveu suscitar conflito negativo de competência. Qual é o tribunal competente para julgar este conflito:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Superior do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
- e) Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

41ª) Sobre a ação rescisória no processo do trabalho, de acordo com a lei e a jurisprudência predominante, é certo afirmar que :

- a) ao recorrer de decisão condenatória em ação rescisória, está dispensado o empregador vencido de efetuar, no prazo, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção, o depósito recursal.
- b) nas ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho é sempre necessário o depósito da importância de 5% sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
- c) não sendo conhecidos o recurso de revista e os embargos, a competência para julgar a ação rescisória que vise rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Superior do Trabalho.
- d) quando o sindicato é réu na ação rescisória, por ter sido autor, como substituto processual na ação originária, é necessária a citação dos substituídos.
- e) é cabível a remessa *ex officio* na ação rescisória em caso de decisões contrárias a entes públicos.

42") Sobre o ônus da prova no processo do trabalho, de acordo com a jurisprudência predominante, não se pode afirmar que:

- a) implica em cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores à confissão ficta da parte.
- b) vale, mesmo em fotocópia não autenticada, o instrumento normativo, cujo conteúdo não foi impugnado pela parte contrária.
- c) a decisão de horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período.
- d) o não recebimento da notificação ou a sua entrega após o decurso do prazo de 48 horas depois de sua regular expedição constituem ônus de prova do destinatário.
- e) é do empregador o ônus da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de equiparação salarial.

43") Analise as proposições abaixo (de I a V), pertinentes a honorários periciais e advocatícios no processo do trabalho, e assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
 - b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
 - c) Apenas as proposições III e IV são verdadeiras.
 - d) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
 - e) Apenas as proposições III e V são verdadeiras.
- I) Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70, são devidos os honorários advocatícios, ainda que o sindicato figure como substituto processual.
- II) Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- III) Os honorários do advogado, pagos pelo vencido, reverterão em favor do empregado reclamante.
- IV) Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% sobre o líquido apurado na execução da sentença.
- V) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, mesmo se beneficiária de justiça gratuita.

44") Sobre o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, de acordo com a CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.957/2000, é certo afirmar que :

- a) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- b) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididas na sentença.
- c) são incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- d) a sentença proferida no procedimento sumaríssimo deve conter, necessariamente, relatório, fundamentos da decisão e parte dispositiva.
- e) caso o autor não possa indicar o nome e o endereço do reclamado, a citação deste se fará por edital.

45") Sobre a execução de contribuições previdenciárias no processo do trabalho, de acordo com a CLT, não se pode afirmar que :

- a) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, inclusive em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas, podendo ser desconstituído apenas por ação rescisória.
- b) serão executados *ex officio* os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo.
- c) a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária.
- d) julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.
- e) sendo concedido parcelamento do débito previdenciário perante o INSS, o devedor deverá juntar aos autos documento comprobatório do referido ajuste, ficando suspensa a execução da respectiva contribuição previdenciária até o final e integral cumprimento do parcelamento.

46") São exemplos de substituição processual pelo Sindicato, EXCETO :

- a) demandas que visem reajustes salariais previstos em lei para a categoria profissional, ajuizadas até 3.7.89, data em que entrou em vigor a Lei nº 7.788, autorizada ao sindicato pelas Leis nºs 6.708/79 e 7.238/84, limitada aos associados.
- b) ação para cobrança judicial de contribuição sindical prevista em lei proposta pelo sindicato contra o empregador.
- c) demandas que visem à satisfação de reajustes salariais específicos resultantes de disposição prevista em lei de política salarial para a categoria profissional, autorizada pela Lei nº 8.073/90.
- d) demanda ajuizada pelo sindicato em favor de grupo de associados para pleitear adicional de insalubridade ou periculosidade.
- e) ação de cumprimento de direitos previstos em decisão de dissídio coletivo para os associados pertencentes à categoria profissional.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

47ª) O depósito na conta vinculada do FGTS é obrigatório também nos casos de interrupção do contrato de trabalho prevista em lei, tais como, EXCETO :

- a) prestação de serviço militar.
- b) licença para tratamento de saúde por mais de 15 dias.
- c) licença por acidente de trabalho.
- d) licença à gestante.
- e) licença-paternidade.

48ª) Sobre a transferência de local de trabalho, de acordo com a lei e a jurisprudência predominante, é CERTO afirmar que :

- a) o fato de o empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional de transferência.
- b) as despesas resultantes da transferência correm por conta do empregado.
- c) considera-se transferência a determinação do empregador para que o empregado trabalhe em localidade diversa da que resultar do contrato, ainda que o empregado não tenha que mudar de domicílio.
- d) não poderá o empregador transferir o empregado em caso de extinção do estabelecimento em que este trabalhar.
- e) empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, não tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

49ª) Sobre a proteção ao salário, não se pode afirmar que:

- a) é crime a retenção dolosa do salário.
- b) nenhum desconto poderá ser efetuado pelo empregador nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.
- c) é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.
- d) os salários são absolutamente impenhoráveis, salvo para pagamento de prestação alimentícia.
- e) o salário não pode ser objeto de retenção no caso de o empregado deixar de dar aviso prévio ao empregador na rescisão imotivada do contrato por prazo indeterminado.

50ª) Acerca da duração do trabalho do bancário, de acordo com a lei e a jurisprudência predominante, não se pode afirmar que :

- a) o caixa bancário, ainda que caixa executivo e percebendo gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, está sujeito à jornada normal de 6 horas.
- b) o bancário investido na função de tesoureiro, que recebe gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo, está sujeito à jornada normal de 8 horas.
- c) os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores imobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários.
- d) o regime especial de 6 horas de trabalho também se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias.
- e) ao vigilante, contratado diretamente pelo banco, aplica-se o regime especial de 6 horas de trabalho previsto em lei para os bancários.